



UFSM

Artigo Monográfico de Especialização

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM ALUNOS QUE APRESENTAM
DÉFICIT COGNITIVO.**

Francisca das Chagas Alves Rodrigues Bezerra

**Palmas, TO - Brasil.
2010**

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM ALUNOS QUE APRESENTAM DÉFICIT COGNITIVO

por

Francisca das Chagas Alves Rodrigues Bezerra

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

Orientadora: Professora Ms. Daniele Noal Gai

**Palmas, TO - Brasil.
2010**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos.**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de Especialização.

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM ALUNOS QUE APRESENTAM
DÉFICIT COGNITIVO.**

Elaborado por

Francisca das Chagas Alves Rodrigues Bezerra

Como requisito parcial para obtenção do grau de

Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Presidente/Orientadora Ms. Daniele Noal Gai

Palmas, TO - Brasil.
2010

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, primeiramente a Deus, por me dá força, entusiasmo e determinação para realiza r este trabalho.

À minha família, pelo amor e paciência que tiveram comigo durante as longas noites de estudo e trabalho.

A todos os meus colegas de trabalho, especialmente aos meus alunos, com quais aprendi e ainda aprendo o verdadeiro valor do ser humano.

É também um presente a cada professor da minha escola, que dia após dia se entregam de corpo e alma ao ofício de ensinar, amar e respeitar incondicionalmente cada aluno sem distinção de cor, raça, religião, limitações ou etnia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela perfeição da vida e pela dádiva de ser Educadora na vida, em casa e no contexto escolar.

Aos meus familiares, que são tolerantes, compreensivos e companheiros, mesmo diante da ausência que nos obrigamos a sentir, dada à falta de tempo para estarmos juntos em todos os momentos.

Aos meus alunos “com Necessidades Educacionais Especiais”, que me ensinaram a ser autêntica e a amar incondicionalmente a qualquer pessoa, independente de sua cor, raça, religião, limitação ou etnia.

Aos professores, tutores e orientadores deste curso de especialização, que com dedicação e astúcia tracejaram de forma sábia os caminhos que me levaram ao mundo cheio de conhecimentos novos.

A todos que contribuíram direta ou indiretamente para realização deste trabalho.

Traduzir-se

Uma parte de mim é todo mundo:
outra parte é ninguém:
fundo sem fundo.

Uma parte de mim é multidão:
outra parte estranheza
e solidão.

Uma parte de mim pesa, pondera:
outra parte
delira.

Uma parte de mim almoça e janta:
outra parte
se espanta.

Uma parte de mim é permanente:
outra parte
se sabe de repente.

Uma parte de mim é só vertigem:
outra parte,
linguagem.

Traduzir uma parte na outra parte
- que é uma questão de vida ou morte -
será arte?

Ferreira Gullar

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM ALUNOS QUE APRESENTAM DÉFICIT COGNITIVO

Elaborado por

Francisca das Chagas Alves Rodrigues Bezerra

Resumo: É preciso reconhecer e respeitar as diferenças no espaço escolar. Isto é, as especificidades do ato de aprender de nossos alunos, bem como as atividades pedagógicas que possam potencializar suas aprendizagens. Em síntese, que as tarefas mais importantes a serem executadas por eles incidam em um contexto escolar motivador e propício para o sucesso do processo de ensino e aprendizagem. Todavia, alguns pais nem sempre reconhecem que os filhos apresentam alguma dificuldade de aprendizagem ou déficits na cognição. Desse modo, quando a criança chega à escola acaba passando despercebida ou ficando invisível dentro das salas de aula. A saber, na Escola Estadual F.J.P.N. trabalha-se numa perspectiva de educação inclusiva, onde existem várias ações de caráter pedagógico voltadas para os alunos que apresentam déficit cognitivo, almejando o sucesso destes alunos. Ademais, por acreditar também que o papel da escola é construir cidadania por meio do acesso do conhecimento. Enfim, constatou-se através desta pesquisa que a escola F.J.P.N. procura atuar dentro dos princípios da educação inclusiva, onde todos são considerados capazes de aprender, mostrando que é possível inserir o aluno com déficit cognitivo tanto no contexto escolar como na sociedade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Déficit Cognitivo; Professores; Alunos.

PEDAGOGICAL PRACTICE WITH STUDENTS WHO HAVE COGNITIVE DISABILITIES.

Prepared by

Francisca das Chagas Alves Rodrigues Bezerra

Summary: We must recognize and respect differences in school space. That is, the specifics of the Act of learning of our students as well as pedagogical activities that can enhance their learning. In summary, the most important tasks to be performed by engaging them in a school context motivator and conducive to successful teaching and learning process. However, some parents may not always recognize that children have difficulty learning or deficits in cognition. Thus, when the child arrives at school ends up passing unnoticed or getting invisible inside the classroom. Namely, at State School F.J.P.N. working on a perspective of inclusive education, where there are multiple pedagogical actions targeted to students who have cognitive disabilities, craving the success of these students. Furthermore, believing also that the role of the school is constructing citizenship through access of knowledge. Anyway, it was found through this search that the school F.J.P.N. seeks to act within the principles of inclusive education, where all are considered able to learn, showing that you can insert the student with cognitive disabilities both within school and in society.

Keywords: inclusive education; Cognitive Disabilities; Teachers; Students.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. APRESENTAÇÃO..... | 08 |
| 2. CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO..... | 10 |
| 3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA..... | 11 |
| 3.1 POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA..... | 14 |
| 4. ANÁLISE DA PESQUISA..... | 16 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 21 |
| 5. BIBLIOGRAFIA..... | 23 |
| 6. ANEXOS..... | 24 |

1. APRESENTAÇÃO

No atual contexto da educação pensar em alunos com déficit cognitivo é muito amplo e complexo. Visto que, a partir de pesquisas realizadas, consta-se que existem deficiências definidas e outras não definidas, tornando-se difícil falar especificamente sobre cada uma delas.

Desse modo, pode-se dizer que o aluno com déficit cognitivo é aquele que apresenta maior percentual de dificuldade em realizar as atividades mentais, em relação àqueles que não têm suas capacidades e habilidades cognitivas prejudicadas. Vejamos como o tópico é abordado na Apostila sobre Alternativas Metodológicas para alunos com Déficit Cognitivo:

Segundo os estudos de Vigotsky, o desenvolvimento das crianças que possuem déficit cognitivo dá-se da mesma forma que o desenvolvimento de crianças que não possuem tal limitação. No entanto, a criança com déficit cognitivo apresenta, na relação entre pensamento e linguagem, dificuldades para estruturar seu pensamento verbal em razão das limitações no processo de internalização dos significados emitidos pela fala. (Alternativas Metodológicas para alunos com Déficit Cognitivo, 3º Módulo, p.12)

Em geral o sujeito com déficit cognitivo tem algum tipo de disfunção na sua biologia ou fisiologia. Sabe-se que as pessoas que têm problemas como: traumatismo crânio-encefálico e algumas doenças genéticas específicas, certamente vão desenvolver algum tipo de problema no processo de desenvolvimento e que se caracterizam por déficit nos processos mentais.

Durante muito tempo o sistema educacional manteve o mesmo padrão no Ensino Regular e na Educação Especial, valendo-se de um conjunto de práticas adaptativas onde os alunos eram classificados em “treináveis” e “educáveis”. Acreditava-se que o aluno que necessitava da educação especial só aprendia com o concreto. Todavia, como todos os outros alunos, eles também são capazes de aprender com aquilo que é vivenciado, contextualizado, experimentado. Ou seja, nem todos os alunos necessitam da repetição incessante até que se obtenha o sucesso esperado. O conhecimento produzido tem que ter significado e referência sobre a realidade vivenciada pelo aluno, oportunizando a internalização da informação e mudança de comportamento, tanto ambiente escolar como no social.

É preciso garantir ao aluno com déficit cognitivo, que precisa de atendimento especializado, o acesso à utilização do pensamento, o uso do raciocínio e a capacidade de descobrir o que é visível e prever o que é invisível, tal como a aptidão de criar e inovar tudo o que é próprio da ação do conhecer.

O apoio dado aos alunos que apresentam Necessidades Educacionais Especiais necessita de mudanças, uma nova visão, pois só assim poderão ultrapassar as barreiras impostas pela deficiência. Essas barreiras são diferentes daquelas encontradas por sujeitos com outros tipos de deficiências, diferindo, especialmente, na maneira de lidar com o aprender, o ensinar e o saber. Isso porque o déficit cognitivo interfere diretamente na construção do conhecimento.

É necessário que o aluno com déficit cognitivo seja estimulado, de modo a experimentar diferentes planos de compreensão, criando novos meios para se adequar a novas situações. Isto é, torna-se importante desafiar este aluno através de adequações funcionais.

Considerando tais apontamentos, destaca-se que o objetivo deste trabalho é apresentar resultados de uma pesquisa sobre Práticas Pedagógicas de Sucesso, Implementada junto a Alunos que Apresentam Déficit Cognitivo, vivenciada na escola estadual F.J.P.N.

2. CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO

A pesquisa aconteceu na Escola Estadual F.J.P.N., junto a professores que trabalham no Ensino Fundamental e Médio e que atuam diretamente com alunos com Necessidades Educacionais Especiais em suas salas de aulas.

A coleta de dados foi realizada através de pesquisa de campo, onde foi distribuído um questionário aos sujeitos pesquisados. O primeiro momento da pesquisa ocorreu através do contato com os professores, seguido da observação direta das práticas pedagógicas, as quais são realizadas no dia a dia de sala de aula. Pretendia-se verificar quantos às práticas dos professores, se estes apresentavam meios facilitadores para o ensino e a aprendizagem do aluno com Necessidades Educacionais Especiais, favorecendo assim, o processo de desenvolvimento não apenas pedagógico, mas o global destes alunos.

Vale ressaltar que uma das dificuldades enfrentadas na realização da pesquisa foi à falta de cooperação dos sujeitos envolvidos na pesquisa e importante para a coleta de dados. Alguns colaboradores não responderam os questionários elaborados para análise e interpretação desta pesquisa. Talvez pela pouca disponibilidade de tempo que os Professores tinham para responder as questões, carência de informação, por falta de desejo ou vontade em envolver-se com a pesquisa. O que diverge com as constantes ações realizadas pela escola na área da Educação Inclusiva.

Em relação à dificuldade de conseguir que os questionários fossem respondidos, os acadêmicos do 6º período do Curso de Letras das Faculdades Integradas de Patos - PB, em seu Artigo: "Diagnose do Ensino de Leitura" também tiveram essa dificuldade, conforme relatam no referido trabalho "(...) Acredita-se que muitos professores não gostam de pesquisas por que elas refletem uma realidade da qual eles mesmos se assustam (...)".

Nesse mesmo contexto, outro fator que foi determinante no resultado final da pesquisa, diz respeito à alta rotatividade de Professores, Coordenadores e demais funcionários que trabalham diretamente no ambiente escolar.

Nesta pesquisa investigou-se a idade e grau de escolaridade dos professores por se acreditar que estes dois fatores influenciam diretamente no sucesso ou insucesso dos alunos. Um ponto a ser discutido em relação à idade dos professores é a atuação destes profissionais em classes onde a diversidade se faz presente em todos os sentidos. É imprescindível contar com a ampla experiência dos professores mais velhos e, ao mesmo tempo, a capacidade física e as práticas pedagógicas inovadoras dos mais jovens, o que, certamente, influenciará diretamente no processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Outra questão que vale destacar é a não aceitação de alguns pais, que não admitem que seus filhos apresentem algum tipo de limitação. Referindo-se a esta questão Mantoan diz:

Há bem poucos lares que podem constituir uma fonte de recursos voltada para o bem estar físico, psíquico e social do aluno. Mesmo entre os que possuem uma condição melhor, há que se considerar a questão da não aceitação da deficiência, que atua decisivamente no sentido de impedir que a criança, o jovem ou adulto possa se beneficiar do ambiente em que vive. (Mantoan,2005,p.80).

Na perspectiva da educação inclusiva a escola precisa primar por estímulos de todas as ordens, desde a criatividade, a afetividade, a memória. Nesses espaços podem ser trabalhadas situações diversas no cotidiano de sala de aula, para que o aluno desenvolva sua capacidade de raciocínio, invenção e resolução de problemas, de acordo com suas habilidades mentais. Também podem ser trabalhadas questões psicomotoras que influenciam o desenvolvimento do aluno.

A Educação Inclusiva, para Macedo (2001), implica especificamente na formação de professores que saibam trabalhar com classes heterogêneas, com conteúdos curriculares diferenciados, diversificados, dinâmicos, contextualizados e adaptados, utilizando estratégias de ensino que se adéquem às necessidades específicas de cada aluno.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

São muitas e freqüentes as queixas de despreparo dos profissionais para trabalhar com alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Embora o número de cursos e capacitações na área da educação inclusiva tenha aumentado significativamente, tanto na esfera Estadual como na Municipal. No entanto, todo esforço nesse sentido parece ser insuficiente para transformar uma cultura escolar tradicionalmente excludente frente às crianças que apresentam qualquer limitação fora dos padrões instituídos pela normalidade não deficiente.

É importante que o aluno com déficit cognitivo tenha apoio pedagógico diferenciado, pois encontram problemas em apropriar-se de recursos culturais disponíveis na sociedade, não sabendo, muitas vezes, como e quando utilizá-los, causando, assim, o comprometimento na construção de seu desenvolvimento e aprendizagem. Então, deve-se flexibilizar, adequar e promover as adaptações físicas e pedagógicas necessárias no contexto escolar. Isso se faz necessário para que os alunos possam ultrapassar os impedimentos que lhes são conferidos por sua limitação. Essas barreiras são os entraves relativos à maneira de lidar com o conhecimento construído no ambiente escolar.

O déficit cognitivo coloca em evidência a prática pedagógica. Aponta-se exclusivamente para a construção do conhecimento do aluno com déficit cognitivo, que tem uma maneira própria de lidar com o saber e que difere muito da concepção que a escola em si prega. Ademais os alunos “ditos normais” também não conseguem corresponder ao que a escola diz ser o ideal, no entanto, a diferença é que as deficiências cognitivas mais leves não abalam tanto o ensino regular. Isso porque tais alunos não atingem o ponto principal exigido pelo sistema de educação tradicional, que tem o entendimento da produção do conhecimento acadêmico como uma conquista individual. .

O aluno com déficit cognitivo tem dificuldade em construir os seus conhecimentos da mesma maneira ao mesmo tempo em que os outros, assim como em demonstrar as suas capacidades cognitivas, principalmente nas escolas que mantêm um modelo conservador de atuação e uma gestão autoritária e centralizadora. As dificuldades desses alunos são um dos indicadores mais rigorosos da falta de qualidade da escola para todo o restante.

Em síntese, é necessário que haja uma reformulação do ensino para que os alunos com déficit cognitivo sejam realmente incluídos e sintam que estão realmente fazendo parte da escola. É imprescindível que o próprio aluno se adapte ao conteúdo escolar obtendo a emancipação intelectual, que é uma consequência do processo de auto-regulação da aprendizagem.

Aprender é uma ação individual, cada qual tem um ritmo próprio para adquirir um conhecimento a respeito de qualquer coisa. Já o ato de ensinar é coletivo, no qual o professor apresenta o mesmo conhecimento para todos os alunos, mas precisa diversificar sua didática e ferramentas de ensino para atingir as potencialidades de aprendizagem da maioria dos alunos.

Alguns alunos precisam de adaptações e práticas individualizadas e é preciso que a escola repense suas práticas de ensino, reconhecendo e valorizando sempre as diferenças. A escola deve oferecer ao aluno a condição de produzir seu próprio conhecimento, dentro de suas possibilidades, reconhecendo e valorizando seu trabalho.

Torna-se necessário que o aluno com Necessidades Educacionais Especiais interaja no trabalho de sala de aula com os demais colegas, em tarefas específicas e dinâmicas, para que ele sinta-se parte integrante do grupo e possa construir seu próprio conhecimento. Segundo Dra. Pilar Arnal Sánchez em seu artigo publicado na Revista Inclusão destaca que:

Todos os alunos devem ser escolarizados na classe de ensino regular, receber educação eficaz nessas classes. Enfatiza ainda que a separação de alguns alunos por causa de suas deficiências devia ser evitado ao máximo e a educação especial deve ser um recurso amplo para todos os alunos (Revista Inclusão-p.8/2005).

As práticas pedagógicas devem estar voltadas para a experimentação, a criação, a descoberta, a co-autoria do conhecimento, valorizando o que os alunos são capazes de aprender. A escola deve ser um lugar de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, nas quais as crianças aprendam a serem autônomas, independentes, emancipadas, ensinando os alunos a valorizar a diferença pela convivência com os seus colegas, onde não exista competição, mas, sim, troca sócio-afetivo estabelecida entre toda a comunidade escolar.

As atividades devem ser voltadas para diferentes níveis de compreensão e de desempenho dos alunos e que os professores não destaquem os alunos que sabem mais ou os alunos que sabem menos. O conhecimento deve ser compartilhado com os alunos para que eles próprios construam seu aprendizado usando os diferentes sentidos e possibilidades.

A Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, que aconteceu em 1994, em Salamanca, foi a que mais contribuiu para impulsionar a educação inclusiva em todo o mundo. Nesta conferência foi reconhecida a necessidade de que o ensino deveria abranger todas as crianças, jovens e adultos com necessidades especiais. Assim, todas as escolas deveriam receber todas as crianças sem olhar suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e outras. As escolas receberam a incumbência de desenvolver uma pedagogia que eduque eficazmente todas as crianças, mesmo as que apresentem deficiências e comprometimentos graves em seu desenvolvimento. O documento da Declaração diz que:

Todas as crianças têm direito à educação e deve-se dar a elas a oportunidade de alcançar e manter um nível aceitável de conhecimentos;.. As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns; As escolas comuns devem representar um meio mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias, criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e alcançar a educação para todos. (in Revista Inclusão, p.9, 2005).

Embora muito já tenha sido feito no sentido de combater o preconceito em relação às diferenças existentes no espaço escolar, na maioria das vezes, a condição de ensino e aprendizagem oferecidas aos alunos com Necessidades Educacionais Especiais é extremamente Excludente. Todavia, no momento em que todos passarem a pensar a Escola como um espaço construído para “todos”, a história poderá mudar, de um conjunto de fatos mortos, atividades arquitetadas de sujeitos idealizados, para uma Escola viva.

3.1. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Especial apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais e promove políticas públicas que promovam a educação de qualidade para todos os alunos.

A Educação Especial está presente em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Ela atende uma educação especializada e disponibiliza recursos e serviços, também orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas do ensino regular.

A educação especial visa identificar, elaborar e organizar os recursos pedagógicos e de acessibilidade que permitem plena participação dos alunos que possuem deficiências específicas. O atendimento educacional especializado – AEE é acompanhado por meio de instrumentos que possibilitem monitoramento e avaliação da oferta realizada nas escolas da rede pública e nos centros de atendimento educacional especializados, públicos ou conveniados.

Os objetivos principais de tal Política são: o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas escolas regulares de ensino, garantindo:

Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a Educação superior; Atendimento educacional especializado; Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino; Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; Participação da família e da comunidade; Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas”. (Revista Inclusão, p. 14, 2008).

A mudança que nova Política Nacional de Educação proporciona dá ênfase ao desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos, onde a educação especial deve interagir com a proposta pedagógica da escola.

Ela também pressupõe uma reorganização de recursos materiais e profissionais especializados para apoiar as escolas nas alterações necessárias para a prática pedagógica e para a oferta do atendimento educacional especializado. Ainda de acordo com a Nova Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, destaca-se:

Que para atuar na Educação Especial o professor deve ter como base de sua formação, inicial e continuada (...) conhecimentos específicos da área. (...). Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, (...). (MEC/SEESP/2007. cap.VI).

No Brasil há um desafio muito grande que é proporcionar uma educação de qualidade para todos. A implantação do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação - PDE é caracterizado pelo esforço em torno da qualidade da educação.

A Política aqui destacada, ao propor a articulação entre o ensino regular e a educação especial, lança a possibilidade de a escola repensar a totalidade da sua organização, historicamente sedimentada. Ou seja, a educação especial passa a ser uma parte integrante dos sistemas de ensino.

Na mesma Política, fica claro o que é de competência da escola comum e o que é de competência da educação especial, devendo os sistemas de ensino se organizar para oferecer a todas as crianças o ingresso e a permanência na escola, bem como garantir sua aprendizagem. Em parte o que deve mudar nos sistemas de ensino é a oferta do atendimento educacional especializado para os alunos com necessidades Educacionais Especiais. Mas, esse atendimento ainda é considerado insuficiente em relação à demanda.

A Educação Inclusiva pode ser entendida como uma reforma educativa que deve inovar práticas e modificar valores inerentes à escola pública tradicional. É preciso acelerar o processo de desenvolvimento dos valores educacionais e metodologias de ensino, ampliando assim a oportunidade de alunos com diferentes capacidades para que todos possam aprender em conjunto.

4. ANÁLISE DA PESQUISA

Os professores afirmaram que são desenvolvidas atividades priorizando os alunos com deficiência já incluídos. A avaliação além de passar por adequações, de acordo com as especificidades de cada educando, muitas vezes precisa ser individualizada e adaptativa, na medida em que o aluno é capaz de alcançar os objetivos que lhes foram propostos. Ou seja, é avaliado aquilo que de fato ele conseguiu aprender durante o bimestre.

Foi relatado pelos professores que as atividades são dirigidas e ajustadas para que o aluno com déficit cognitivo possa assimilar de fato os conteúdos ensinados. Estes alunos também são inseridos em várias atividades de grupo, onde os outros alunos, que não apresentam deficiência, são os tutores ou monitores.

Os professores enfatizaram que procuram respeitar as possibilidades e as limitações dos alunos, através de práticas pedagógicas motivadoras tornando, assim, as atividades de sala de aula mais significativas e prazerosas para todos.

Vale lembrar que a escola conta com salas de recursos multifuncionais, que funcionam como apoio junto ao aluno com Necessidades Educacionais Especiais em dois turnos, possibilitando ao mesmo atendimento especializado no contra turno.

Nas salas de Recursos Multifuncionais os alunos são atendidos por professores com formação específica na área da educação especial, portanto, com habilitação para trabalhar com educando com Necessidades Educacionais Especiais.

A pesquisa revelou que os professores ainda se sentem muito inseguros em relação à avaliação dos alunos inclusos no ensino regular, visto que, esta é uma contenda ampla e necessita de reflexão. A mesma não pode ser apenas um ato de mensurar o conhecimento, mas um instrumento que busca a melhoria e a qualidade do ensino e aprendizagem, não só dos alunos que apresentam déficit cognitivo, mas de todos os alunos.

Nos gráficos abaixo estão contidas todas as informações relativas aos dados referentes aos docentes pesquisados. A idade dos professores que atuam na sala onde há alunos com deficiência é de 50% entre 20 e 30 anos de idade, 25% de 30 a 40 anos e os outros 25% são de professores de mais de 40 anos de idade.

Percebe-se que a potencialidade e jovialidade da maioria dos professores são grandes, sendo que a experiência é menor, mas essa faixa etária tem a vantagem de poder aprender ainda mais sobre o seu trabalho com a minoria de professores com mais anos de experiência e de vida.

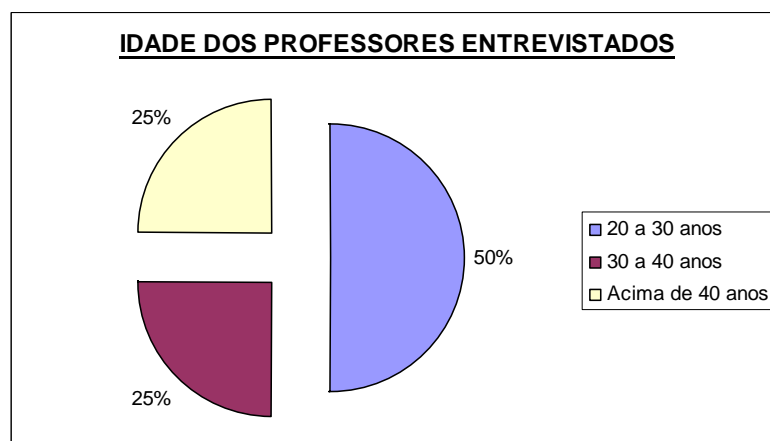


Gráfico 1 - Fonte: Pesquisa realizada na escola

Quanto ao nível de graduação, 50% dos professores que lecionam na Escola Estadual F.J.P.N., na qual foi realizada a pesquisa, possuem ensino superior completo. 25% dos professores têm alguma especialização na área da educação especial. Outros 25% de professores possuem especialização em gestão educacional e em auditoria da administração pública. Apesar da maioria não apresentar graduação ou especialização em educação especial, é importante ressaltar esses dados como algo positivo e que faz a diferença no que se refere à gestão do ensino e da aprendizagem dos alunos incluídos nessa escola.

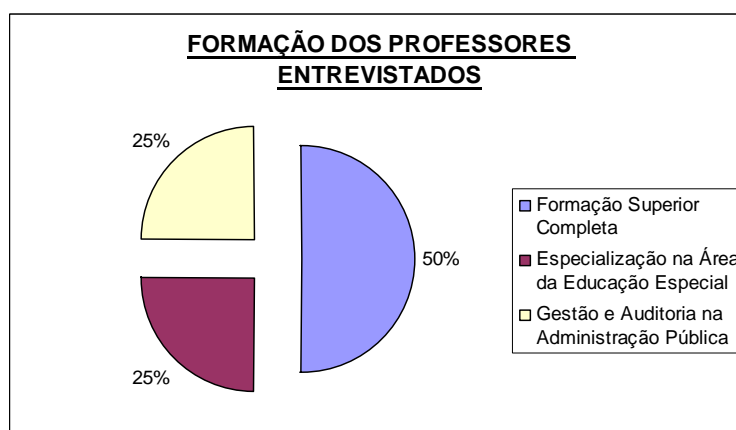


Gráfico 2 - Fonte: Pesquisa realizada na escola

Esta pesquisa mostra que os professores entrevistados não lecionam apenas em turmas onde há alunos com deficiência, mas, também, em outras salas de aula e turmas diferentes, logo, estão distribuídos pela escola toda. Dos professores entrevistados, 40% lecionam no ensino médio e 60% no ensino fundamental.

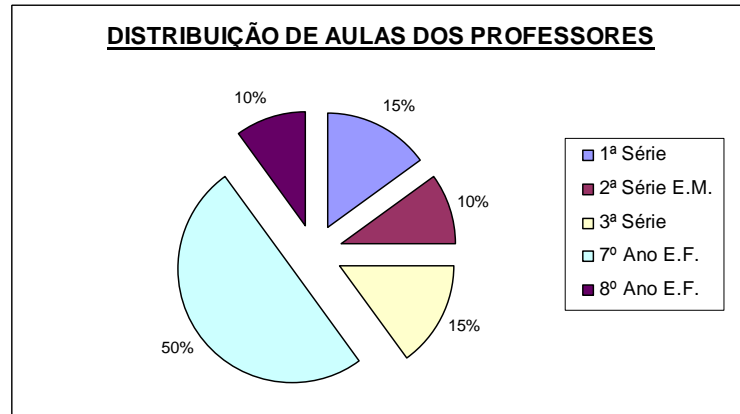


Gráfico 3 – Fonte: pesquisa realizada na escola

A distribuição dos alunos com déficit cognitivo para cada professor pesquisado é a seguinte: 25% têm 9 alunos com deficiência, 25% têm 6 alunos incluídos em suas turmas, 25% lecionam em turmas com 5 alunos com deficiência e 25% têm 4 alunos com deficiência.

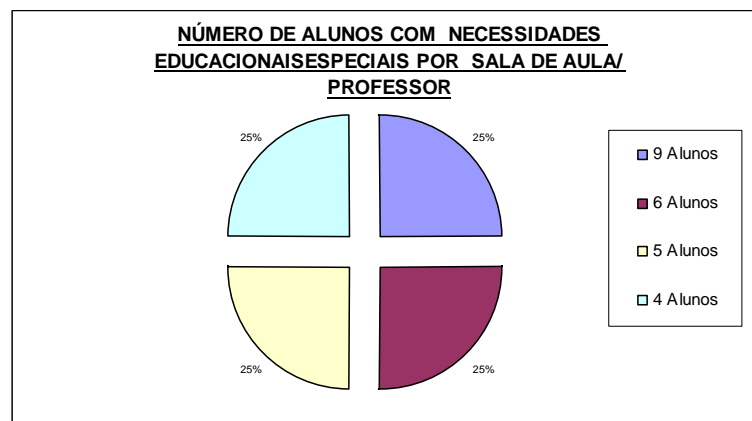


Gráfico 4 – Fonte: pesquisa realizada na escola

Quanto ao tempo de docência dos professores com alunos com déficit cognitivo, o gráfico mostra o seguinte índice: 50% dos professores tem 2 anos de docência; 25% dos professores tem 1 ano e 4 meses e 25% dos professores trabalham há 1 ano e meio com alunos com deficiência incluídos no ensino comum.

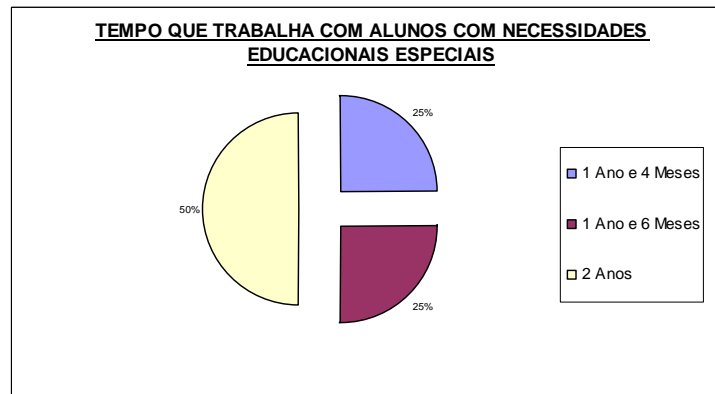


Gráfico 5 – Fonte: pesquisa realizada na escola

Indagados se os pais dos alunos com déficit cognitivo participam da vida estudantil dos seus filhos, obteve-se a seguinte percentagem: 60% dos professores responderam que os pais participam das atividades promovidas pela escola; 10% afirmam que os pais visitam a escola e ajudam os filhos nas atividades; 10% disseram que os pais participam através de reuniões; 10% responderam que os pais participam, às vezes, da vida escolar dos seus filhos e outros 10% não souberam dizer como os pais participam nas atividades escolares de seus filhos.

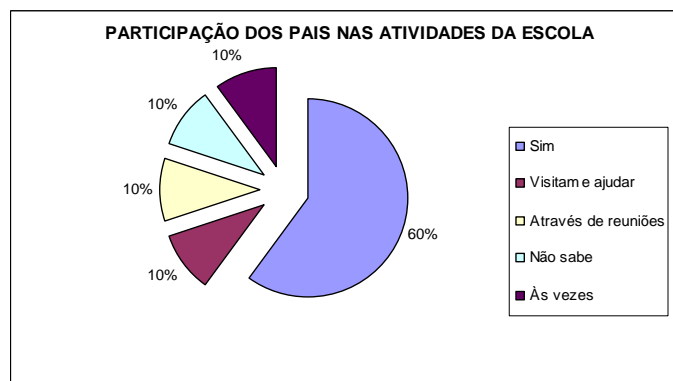


Gráfico 6 – Fonte: pesquisa realizada na escola

Questionados sobre a acessibilidade no espaço escolar: 90% dos entrevistados afirmaram que a escola tem um espaço físico apropriado para receber e trabalhar com os alunos deficiência. Em relação a outros recursos, 10% dos professores disseram que há recursos visuais e rampas para a acessibilidade dos alunos, todavia, faltam algumas adaptações como, por exemplo, portas e banheiros adequados para cadeirantes .

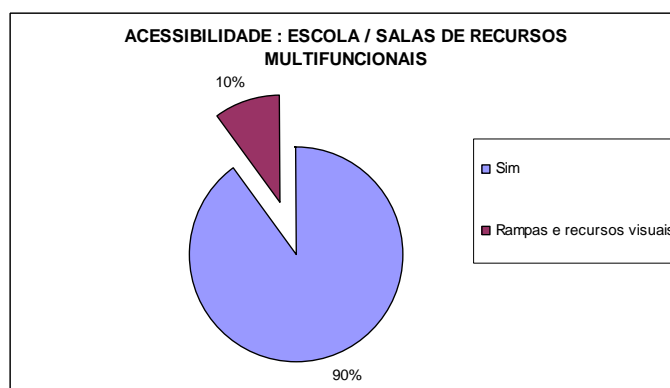


Gráfico – 6: Fonte: pesquisa realizada na escola

É interessante ressaltar que ao serem indagados sobre a habilitação específica para trabalhar com alunos com Necessidades Educacionais Especiais os professores entrevistados responderam que: 90% afirmaram que receberam algum tipo de capacitação, porém, a falta de formação continuada na área é um fator de grande peso para que os mesmos possam desempenhar com sucesso a tarefa, podendo, assim, promover um ensino de qualidade para todos os seus alunos. E os outros 10% dos professores não receberam nenhum tipo de formação.

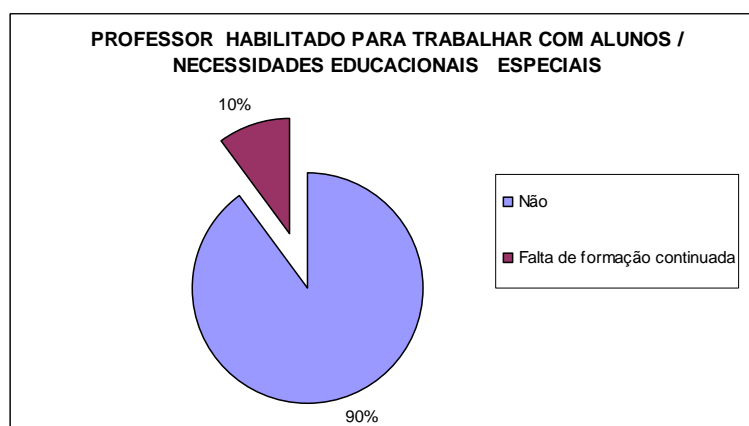


Gráfico 7- Fonte: pesquisa realizada na escola

Observa-se que ainda há muito a ser feito em relação à formação e capacitação dos professores que atuam ou irão atuar com alunos com Necessidades Educacionais Especiais, já que nem todos participaram de capacitação, conforme demonstra o gráfico acima.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa realizada na Escola Estadual F.J.P.N., fica claro que, embora de forma disfarçada, o preconceito em relação às diferenças ainda existe no ambiente escolar. É oportuno ressaltar a urgência de investimentos no processo de formação continuada do corpo docente, visando melhorias não só no plano pedagógico, mas também na parte física das escolas.

Destaca-se ainda, uma significativa diferença nas práticas pedagógicas, diante dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Isto porque o professor ao chegar a sala, depara - se com grande demanda de deficiências, tanto de ordem física como pedagógica , as quais contribuem de forma decisiva no processo ensino e aprendizagem e no desenvolvimento global dos sujeitos. Ou seja, alunos com diferentes limitações e potencialidades, algumas mais visíveis e que chamam mais atenção, outras mais sutis. Mas, nós educadores precisamos ficar atentos aos rótulos, os quais reforçam o preconceito, pois todos os seres humanos têm suas limitações e a sociedade precisa aprender a lidar com as deficiências dos seus conseqüentes.

Diante do exposto, acredita-se que há boa vontade por parte dos governantes, das autoridades e dos gestores em elaborar novas políticas públicas educacionais que garantam ao educando acesso e a permanência na escola. Entretanto, falta maior investimento na capacitação e formação continuada dos professores que atuam no contexto escolar inclusivo. Na perspectiva de uma educação inclusiva, grandes avanços já foram alcançados, porém, a caminhada e a luta são árduas e contínuas, e seguem dia após dia.

Portanto, ao finalizar esta pesquisa pode-se constatar que nem sempre são divulgadas as práticas pedagógicas de sucesso, pois acabam passando despercebidas em meio a tantos problemas enfrentados no ambiente escolar, pois quanto mais fossem divulgadas essas práticas pedagógicas, certamente haveria mudança de atitude em relação à aceitação e respeito às diferenças, não somente no ambiente escolas, mas na sociedade em geral.

5. BIBLIOGRAFIA

APOSTILA. **Alternativas Metodológicas Para Alunos Com Déficit Cognitivo.** UFSM; Universidade Federal de Santa Maria - Centro de Educação-. 3º Módulo.

ALVES. Fátima. **Inclusão: muitos olhares, vários caminhos e um grande desafio.** Rio de Janeiro: Editora Wark, 2009.

BEYER. Hugo Otto. **Inclusão e Avaliação na escola: de alunos com necessidades especiais.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil.** São Paulo: 1999.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília. MEC/SEES, Port. 555/ 948 2007.

CODERMAERÍN. Mabel ET all. **Transtorno do déficit de atenção: estratégias para o diagnóstico e a intervenção psicoeducativa.** São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2006.

DIAGNOSE DO ENSINO DE LEITURA. Disponível em:<<http://www.google.com.br>>. Acesso em 19 de janeiro de 2011.

INCLUSÃO. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: Secretaria da Educação Especial, janeiro/junho2008.

INCLUSÃO. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: Secretaria da Educação Especial, outubro 2005.

JARDIM. Wagner Rogério de Souza. **Dificuldades de Aprendizagem no ensino Fundamental.** São Paulo: Edições Loyola, 2001.

MANTOAN. Maria Tereza Egler. **Compreendendo a Deficiência Mental: Novos Caminhos Educacionais**. São Paulo. Edição 1ª. Editora Spicione,2005.

MANTOAN. Maria Tereza Egler. **Inclusão Escolar: Pontos e Contrapontos** /Maria Tereza Eglér Mantoan, Rosângela Gavioli Prieto;Valeria Amorim Arantes ,organizadora – São Paulo : Summus , 2006.

RAIÇA. Darcy. **Dez questões sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência mental**/Darcy Raiça,Cláudia Prioste, Maria Luiza Gomes Machado. – São Paulo: Avercamp, 2006.

RESOLUÇÃO Nº 01 – **De 14/ DE JANEIRO DE 2010**. Secretaria Estadual de Educação do Estado do Tocantins.

REVISTA PÁTIO. **Currículo Vivo** – Ano VIII – Nº 32 /2004.

TUNES. Elizabeth. **Cadê a Síndrome de Down que estava aqui?...O gato comeu... O programa da Lurdinha**/ Elizabeth Tunes, L. Danezy Piantino . – 2ª edição. Ver. Ampl. – Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

ANEXOS

UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

CURSO: Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos.

ACADÊMICA: Francisca das Chagas Alves Rodrigues Bezerra

PÚBLICO ALVO: Professores do Ensino Fundamental e Médio.

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

1) Idade

() 20 a 30 anos

() 30 a 40 anos

() Mais de 40 anos

2) Grau de Escolaridade

() Ensino Médio

() Ensino Superior Incompleto

() Ensino Superior Completo

() Especialização na área da Educação Especial

() Outros Quais: _____

3) Série em que leciona:

Ensino Médio: _____

Ensino Fundamental: _____

4) Você Tem Alunos Com Necessidades Educacionais Especiais incluído emm Sua Sala De Aula? Quantos?

() Sim

() Não

5) Quanto tempo trabalha com alunos com Necessidades Educacionais Especiais?

R- _____

6) Os pais participam da vida escolar do filho?

() Sim

() Não

Em caso de resposta afirmativa, Justifique:

7) A Escola tem espaço físico apropriado para receber e trabalhar com alunos com Necessidades Educacionais Especiais?

Sim Não

Em caso de resposta negativa, Justifique

8) Você se sente habilitado/ preparado para trabalhar com alunos Necessidades Educacionais Especiais ? Por quê?

Sim Não

9) Breve relato:

Que práticas pedagógicas são desenvolvidas em sala de aula, com alunos que apresentam com Necessidades Educacionais Especiais, que produziram significativas mudanças no desenvolvimento destes sujeitos?